

LISTA DE EXERCÍCIOS 6 – TAXAS

1. Os Municípios são responsáveis pela prestação de diversos serviços públicos de interesse da população, bem como pelo exercício do poder de polícia relativo a diversas atividades, tais como vigilância sanitária, normas urbanísticas, entre outras. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) se considera serviço público a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem ou aos costumes.
- b) os serviços públicos divisíveis e o exercício regular do poder de polícia podem ser financiados por meio da instituição de taxas, as quais não poderão ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.
- c) os serviços públicos de iluminação pública podem ser financiados por meio da instituição de taxa municipal de iluminação pública, dado o interesse local envolvido na prestação desse serviço.
- d) taxas e preços públicos se referem a fenômenos juridicamente idênticos, obedecendo ambos às limitações constitucionais ao poder de tributar, sobretudo ao princípio da anterioridade e da legalidade.

2. Sobre o regime de instituição e cobrança de taxa, é CORRETO afirmar que Alternativas:

- a) não se submete ao princípio da anterioridade.
- b) não se submete ao princípio da legalidade para fins de majoração.
- c) o referido tributo é vinculado.
- d) se seu fato gerador for o serviço público, a cobrança válida independe da disponibilização dos equipamentos necessários ao uso do serviço.

3. A competência tributária é atribuída pela Constituição à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. No entanto, tendo em vista a consagração da República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito, o poder de tributar não é ilimitado. Por isso, com relação aos temas “competência tributária” e “imunidade”, a CF/1988, ao tratar das limitações ao poder de tributar, dispõe que

- a) o patrimônio dos templos de qualquer culto, está imune de cobrança de IPTU, entretanto, haverá incidência da taxa de coleta de lixo, caso determinado em lei.
- b) o tráfego intermunicipal é isento de tributação ante o princípio que veda a limitação do tráfego de pessoas e bens.
- c) o município é impedido de tributar a prestação de serviços de iluminação pública, por se tratar de competência privativa da União.
- d) o imóvel das entidades sindicais, das instituições de educação e dos partidos políticos, quando alugados a terceiros, sofre a incidência do IPTU.

4. **O tributo cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, e instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária é denominado:**
- Taxa predial urbana.
 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
 - Tarifa residencial.
 - Contribuição de melhoria.
5. **Em relação às taxas, assinale a alternativa correta.**
- Quando tiverem como fato gerador o exercício do poder de polícia, são de exclusividade do Estado e da União.
 - Podem ter como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.
 - Tem por base de cálculo a mesma que corresponde aos impostos.
 - Tem por fato gerador o mesmo que corresponde aos impostos.
 - Pode ser calculada em função do capital das empresas.
6. **Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a espécie tributária que pode ser instituída e cobrada pela prestação de um serviço público, mesmo que o contribuinte não o utilize.**
- Tarifa.
 - Taxa.
 - Contribuição de custeio.
 - Contribuição de melhoria.
 - Licença.
7. **Sobre as espécies tributárias, é correto afirmar que**
- Aas taxas, como são cobradas em competência comum entre os entes da Federação, mesmo tendo como possível fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, não podem ser instituídas para remunerar o serviço de iluminação pública.
 - Bas taxas, como são cobradas em competência concorrente entre os entes da Federação, tendo como possível fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, podem ser instituídas para remunerar o serviço de iluminação pública.
 - Co Supremo Tribunal Federal não deliberou sobre a constitucionalidade da taxa de iluminação pública.
 - Do Supremo Tribunal Federal admite a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição de iluminação pública.
8. **O Município Alpha decidiu instituir uma taxa como contraprestação ao serviço de licenciamento para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais. A lei instituidora da referida taxa dispunha sobre todos os elementos da regra matriz de incidência do tributo, bem como hipóteses de isenção e não incidência. Nas disposições referentes à alíquota, contudo, a lei limitava-se a estabelecer o percentual máximo que poderia ser cobrado pelo Município. Sobre a situação hipotética descrita acima, assinale a alternativa correta.**
- O serviço descrito não pode ser remunerado mediante taxa, por não se tratar de serviço específico e divisível, tampouco de exercício de poder de polícia administrativa.
 - Essa lei não viola a legalidade tributária, pois, ao prescrever o percentual máximo que poderia ser cobrado pelo Município, ela possibilita a ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável aos custos da atuação estatal.

- c) Apenas os critérios material e subjetivo da regra matriz de incidência das taxas precisam figurar em lei.
- d) O Município não detém competência para exercer o serviço mencionado, logo, a taxa em comento é inconstitucional.
- e) A base de cálculo do referido tributo não pode contemplar elemento(s) da base de cálculo própria de determinado imposto.

9. O valor pago nos pedágios por usuários de estrada pública cuja exploração tenha sido concedida à iniciativa privada classifica-se como:

- a) preço público.
- b) taxa pública.
- c) imposto inominado.
- d) empréstimo assertivo.
- e) taxa especial.

10. O pagamento que a população faz à prefeitura para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização dos imóveis é a(o):

- a) contribuição de melhoria.
- b) taxa de limpeza.
- c) taxa de licença.
- d) ISS.
- e) contribuição de crescimento urbano.

11. A tributação, em um Estado Democrático de Direito, constitui-se em instrumento a favor de toda a sociedade, pois a partir das receitas tributárias se assegura a manutenção da estrutura política e administrativa do Estado. Para viabilizar a manutenção de todos os entes federativos, o constituinte definiu a competência tributária de cada um deles e, com isso, os símbolos de riqueza que poderão ser objeto da tributação. A respeito do tributo “taxa”, assinale a alternativa correta, à luz dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e a interpretação consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) AA taxa tem como fato gerador possível a utilização efetiva e potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição. Segundo súmula vinculante n. 12 do STF, é inconstitucional a cobrança de matrícula nas universidades públicas, por ofensa à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- b) BA taxa cobrada exclusivamente em razão de serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, segundo súmula vinculante n. 19 do STF, viola o art. 145, inc. II, da Constituição Federal, por não ser um serviço específico e divisível.
- c) C Segundo a súmula vinculante n. 41, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa, desde que cobrado exclusivamente dos proprietários dos imóveis que dele se beneficiam.
- d) D Segundo a súmula vinculante n. 29, é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.

12. Analise as afirmativas a seguir a respeito das taxas como espécie tributária.

- I. As taxas podem ser instituídas ora em razão do exercício regular do Poder de Polícia ora em razão da prestação de serviços públicos específicos e divisíveis.**
- II. É permitida a instituição de taxas mesmo nos casos em que o serviço público seja apenas colocado à disposição do contribuinte, desde que específico e divisível e de utilização compulsória.**
- III. É vedada a cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis por violar os critérios da especificidade e divisibilidade.**
- IV. É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.**

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e IV, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.

13. A repartição das receitas tributárias decorrem da característica de federação do Estado Brasileiro, o que é legitimado pela autonomia administrativa e fiscal que os entes federativos tem. Todavia, há uma indiscutível concentração de receita tributária na esfera Federal. A fim de corrigir essa discrepância, o legislador constituinte prescreveu uma repartição de tais receitas entre estes entes. Com base na afirmação apresentada, assinale a alternativa que descreve os tipos de tributos que NÃO estão sujeitos a qualquer repartição.

- a) IR, ITR e Taxas.
- b) Taxas, Contribuições de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública.
- c) IPI, ICMS e Contribuições De Melhoria.
- d) Taxas, IR e ICMS.
- e) IPI, ICMS e Contribuições de Iluminação Pública.

14. Um homem após anos fazendo economias, está realizando seu sonho de construir a casa própria. Cumpridor com seus deveres de contribuinte, preparou-se para recolher o tributo municipal devido por sua obra. Ocorre que ele não sabe qual tributo é esse. O funcionário público do referido setor irá informá-lo que ele deve recolher o tributo denominado

- a) Contribuição de Melhoria.
- b) ITBI.
- c) ISSQN.
- d) Taxa.
- e) IPTU.

15. Em relação às taxas e arrecadações de Municípios, analise e marque a alternativa CORRETA.

- a) As taxas de coleta de lixo podem ter por base de cálculo o valor do metro quadrado do imóvel.
- b) O valor das taxas devem guardar uma equivalência razoável com o custo que o Estado teve para fiscalizar ou prestar o serviço.
- c) As taxas de polícia para investigação de crimes são devidas por serem serviços específicos e divisíveis.
- d) O valor arrecadado pelas contribuições de iluminação pública podem ser utilizados para reformar os muros de uma escola.
- e) As taxas ambientais podem ter por base de cálculo o valor do produto florestal.

16. O Código Tributário Nacional dispõe que as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Maurício estava estudando este tema, quando ficou em dúvida sobre a base de cálculo das taxas. Para sanar sua dúvida, consultou o Código Tributário Nacional e concluiu que:

- a) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- b) A taxa deve ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- c) A taxa não tem base de cálculo de nenhuma forma.
- d) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- e) A base de cálculo da taxa deverá sempre em dobro em relação ao valor base.

17. Com relação às taxas, é correto afirmar que

- a) sempre que possível, terão caráter pessoal.
- b) não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) serão graduadas segundo a +capacidade econômica do contribuinte.
- d) são decorrentes de obras públicas.
- e) são tributos desvinculados da atividade do estado.